

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ata da Reunião Ordinária de Agosto - 2024

Data: 26 de agosto de 2024

Início: 14h30min **Término:** 17h

Local: Auditório Cláudio Ulpiano

Reunião em modo: Presencial

LISTA DE PRESENÇA

SEMAS: João Guilherme Pires de Novais, Monique Franco Marinho Bastos e Gabriela Pascoal Certório;

Procuradoria Geral do Município: Laís Lobo Ferreira;

Secretaria Municipal de Obras: Sílvia Raquel de Oliveira;

Secretaria de Ordem Pública: Carlos Almir Souza Silva;

Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia: Antônio Alexandre Pacheco Bordalo;

Secretaria Municipal Adjunta de turismo: Glauber Henrique Santos Caldas;

ACIM: José Eduardo Carramenha;

Associação Raízes: Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

S.O.S Praia do Pecado: Leonardo Pereira Machado;

Instituto Visão Social: Bernadete Vasconcellos;

Instituto Acesso: Alcikley Wagner Figueira e Virginia Nogueira de Carvalho;

Entidade Pesqueira: Valeria Docilio da Silva;

OAB/RJ: Milena Rocha;

NUPEN: Rodrigo Lemes Martins;

Convidados: Wagner Nunes Firmino, Laysa Carim, Sônia Oliveira, Rosana - NEA-BC, Dionatan Manhães, Renata Borges.

INSTITUIÇÕES AUSENTES

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento

Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;

CBH;

CDL;

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ

Instituição Técnico Científica - UFF

Instituição Técnico Científica - UENF

JUSTIFICATIVAS

SEMAS: Isaura Sales da Silveira Monteiro; Mariana Meirelles;

Instituição Técnico Científica - UENF - Georgiana Feitosa;

PAUTAS

I – Aprovação de ATA;

II – Regularização de Grade;

III – Apresentação da MacaEco - Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis;

IV - Aprovação do Regimento Interno da Câmara Técnica de Julgamento de Processos;

V - Informes Gerais.

PRODUÇÕES

A **Sra. Monique** deu início a sétima reunião ordinária do COMMADS, informou que a Sra. Isaura teve outra demanda e que o Sr Carramenha iria presidir a reunião, apresentou os conselheiros presentes e as justificativas dos ausentes, após, realizou a leitura do edital nº 011/2024, publicado no dia 17 de agosto de 2024.

PAUTA I:

- A **Sra. Monique** fez a leitura da Ata de Junho-2024, sendo aprovada por unanimidade;
- Ata de Julho - 2024, foi acrescentada a fala da Sra. Jane da Conceição Ribeiro da Costa, enviada por e-mail. Após a leitura realizada pela Sra. Monique, foi questionada pela Sra. Bernadete e Sra. Virgínia quanto a ausência de suas falas. A Sra. Monique informou que houve votação e aprovação em plenária, pela utilização de um modelo de Ata mais sucinto e as falas só iriam para Ata, quando solicitadas. Ademais, as Atas foram encaminhadas para todos os Conselheiros em data de 19/08/2024, com o prazo até o dia 22/08/2024, para ajustes necessários e possível inclusão de fala. Abriu-se uma exceção e as falas da Sra. Bernadete e Sra. Virgínia serão incluídas na Ata, ficando sua aprovação para próxima reunião COMMADS. Sr. Carramenha e Sra. Monique frisaram a importância de todos responderem o e-mail dentro prazo, para evitar que isso ocorra novamente. Sr. Carramenha, frisou ainda,

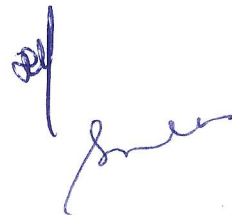
para valorizarem o serviço da Secretaria do COMMADS, levando em consideração que todos possuem outras atribuições e não só o Conselho de Meio Ambiente.

PAUTA II:

- A **Sra. Monique** relatou que continuam as vacâncias nas cadeiras da sociedade civil, entre elas, duas vagas de associações de moradores, uma vaga de entidade pesqueira e uma vaga para sindicato.

PAUTA III:

- Passou-se à apresentação da cooperativa de catadores MacaEco. O **conselheiro Alcikley Wagner Figueira** apresentou algumas pessoas do grupo dando destaque ao sr. Roberto como um dos recicladores mais antigos de Macaé. Passou a palavra para a cooperada Marta, responsável pela parte da educação ambiental, que fez uma breve fala sobre sua trajetória e formação, disse ser uma grande alegria participar da organização dos catadores e destacou que a principal finalidade da MacaEco é dar visibilidade aos catadores. Citou o sr. Sereno que, junto com Wagner, Roberto e outras pessoas que não puderam comparecer, realizaram com muito esforço e apoios, como o da conselheira Virgínia Nogueira da Pastoral, a formalização da entidade, no ano de 2023, em atendimento a uma antiga demanda da cidade. Ressaltou que a atuação da cooperativa visa dar cumprimento à legislação em vigor, melhorar as condições de vida dos catadores e trazer mais informação e conscientização para a sociedade sobre a gestão de resíduos. Acrescentou que a organização em cooperativa representa uma maior segurança e previsibilidade de rendimentos para os catadores que ainda são muito desvalorizados e precarizados. Marta pontuou que, da totalidade de resíduos domésticos gerados no município, 30% são de natureza reciclável e apenas cerca de 4% é, de fato, destinado à reciclagem. Disse que esse baixo índice de reciclagem se reflete na realidade de todo o país e atribuiu como fator que contribui significativamente para isso, a insuficiente educação ambiental praticada. Salientou que a cooperativa tem conseguido comercializar um bom volume de papelão e vidro, que são materiais considerados pouco atrativos por seu grande volume, peso e baixo valor de mercado (principalmente o vidro) e tem conseguido dar uma relevante destinação aos copos descartáveis. Ressaltou como de grande importância o apoio do poder público à cooperativa, através, por exemplo, da cessão de um espaço físico para a mesma e suporte técnico. Falou dos benefícios que todo esse trabalho trará aos cofres públicos com os sucessivos aumentos de ganhos de ICMS Verde, na medida em que se gera documentação da movimentação de resíduos para a correta destinação, através das Notas de Transporte de Resíduos – NTR. Discorreu também sobre a importância da disponibilização dos dados ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – SINIR. Deu um exemplo de uma pequena empresa de Cabo

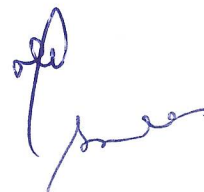


Frio que atuava em âmbito regional na coleta de óleo vegetal e que, com sua atividade, gerava um montante em torno de 1,8 milhão para o município. Declarou que a cooperativa possui toda a certificação exigida para realizar o trabalho de coleta seletiva junto com o poder público, colocou o serviço de educação ambiental da cooperativa à disposição de todos, caso alguém deseje trazer este tema para dentro de sua instituição. Cidadão presente do grupo da cooperativa, que não se identificou ao microfone, informou que a cooperativa está apta a recolher resíduos da esfera municipal, estadual e federal. Acrescentou que nesse deslocamento e trabalho para legalizar a cooperativa, teve acesso a dados sobre municípios adimplentes e inadimplentes sobre informações de suas próprias gestões de resíduos. Pediu para constar em ata que, ao analisar os dados das cidades, percebeu que Macaé era a única cidade inadimplente em relação ao fornecimento de dados sobre sua gestão de resíduos. O presidente em exercício, **Sr. José Eduardo Carramenha**, questionou aos responsáveis pela cooperativa MacaEco se a documentação estava toda regularizada. Foi respondido que a cooperativa estava com todas as certidões, exceto a certidão de inexigibilidade da SEMAS. A seguir foi perguntado se a cooperativa tinha parceria com empresas. O interlocutor respondeu que o principal parceiro da cooperativa era o Instituto de Direito Coletivo e que tinha também o apoio da justiça federal. Acrescentou que aguardavam ansiosamente por uma parceria com a ACIM e com a Transforma. A presidência colocou o COMMADS à disposição da cooperativa, para ajudar no que couber. A **conselheira Jane da Conceição** fez uma reflexão sobre a destruição ambiental e o adoecimento das pessoas, ressaltou a importância do projeto e questionou se a UENF também apoiava o projeto diretamente. A Sr.^a Marta explicou que estava estudando mestrado na UENF mas que não representava a instituição. Alegou, entretanto, que considerava plenamente viável uma aproximação da UENF como apoiadora. Um interlocutor da cooperativa que não se identificou relatou que a cooperativa estava prestes a dar a correta destinação a cerca de 4 toneladas de resíduos sólidos do aeroporto de Macaé. Disse que não estavam operando ainda por causa de uma licença ambiental pendente junto à SEMAS. Disse já ter entrado em contato com a secretaria. Pediu o apoio do COMMADS nesta questão. A **conselheira Gabriela Certório** esclareceu que o processo de pedido da licença ambiental, foi para análise no dia 14 de agosto. O **conselheiro Rodrigo Lemes** elogiou a apresentação da cooperativa, descreveu como gentil a fala feita pelo sr. Sereno ao agradecer a Prefeitura de Macaé pelo trabalho realizado. Caracterizou como vergonhosa a protelação da Prefeitura na implementação das medidas preconizadas pela Lei Federal da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 2010, teceu críticas ao contrato com a empresa Zadhar Engenharia que, mesmo estando no seu "milésimo" aditivo, não viabilizava a coleta seletiva na cidade. Se mostrou aliviado com a notícia de que o citado contrato estava próximo de ser encerrado e de que havia um novo Termo de Referência para dar orientação a essa prestação de serviço. Pontuou o fato da previsão do ganho da Zadhar ser definido em função do peso do caminhão carregado de resíduos ser um obstáculo à

iniciativa da separação. Disse que a empresa alega realizar a separação no interior da empresa, mas que ninguém pode constatar porque não é permitido o acesso, não há transparência, não há documentação probatória desta separação. Lembrou da mobilização do COMMADS para buscar estas informações e dos obstáculos e da atmosfera hostil com os quais se depararam. Foi dada a informação, por interlocutor da cooperativa, de que já houve uma nova licitação que teve a empresa Limpatech como ganhadora, entretanto o processo foi suspenso pelo Tribunal de Contas, por alegação de irregularidades. Disse que o novo Termo de Referência estabelece que a empresa selecionada faça a separação e destine os resíduos recicláveis para a cooperativa. Deixou uma pergunta para o conselho acerca do prazo em que uma licitação pode permanecer suspensa, alegando que a atual suspensão já durava 6 meses. Disse que o status de cooperativa garante a possibilidade de não precisar passar por licitação e que a cooperativa precisa de mais apoio da secretaria de ambiente para fortalecer a coleta seletiva. Disse possuírem muita necessidade de EPIs e veículo para transporte. Cessão de áreas públicas para organizar a logística da coleta também seria uma forma de apoio. Pede para o projeto a cessão da área pública situada na esquina da rua da Igualdade com a rua São João que está em situação de abandono, com focos de dengue, sendo subutilizada como depósito de motos e estacionamento de carro da polícia. Disse que relatou a situação em e-mail enviado para a SEMAS e não recebeu retorno. O **conselheiro Rodrigo Lemes** sugeriu que o COMMADS acompanhe este processo, busque as informações, fiscalize e denuncie irregularidades. A **conselheira Virgínia Nogueira** fez uma reflexão sobre a necessidade de uma mudança de paradigma e de um trabalho que torne o COMMADS realmente importante e atuante para, por exemplo, ter condições de atuar de forma ativa e soberana no debate público sobre a vinda de um complexo termelétrico para a cidade. Frisou a importância do respeito no diálogo dentro do COMMADS mas ressaltou ser necessário que se permita aos conselheiros atuarem criticamente e com independência. Disse que a posição do COMMADS era contra Macaé ser enquadrada como uma “zona de sacrifício” para a implementação de um projeto de desenvolvimento destruidor. Parabenzou o trabalho da cooperativa, a quem acompanha e ajuda através da Cáritas Diocesana, e a definiu como um dos agentes promovedores dessa mudança de paradigma que se faz necessária.

PAUTA IV:

- A coordenadora da Câmara Técnica de Julgamento de Processos, **Sra. Milena**, assumiu a fala apresentando as demais integrantes do grupo: Laiza e Cíntia. Relatou que revisaram e validaram o regimento interno da Câmara Técnica, e que o documento será disponibilizado para os conselheiros. O Presidente em exercício **Sr. José Eduardo Carramenha** congratulou os integrantes da Câmara Técnica pelo cumprimento do objetivo estabelecido e fez uma



contextualização dos debates já realizados sobre a necessidade de ativação das Câmaras Técnicas e a atualização de seus respectivos regimentos.

RETORNO DOS ENCAMINHAMENTOS:

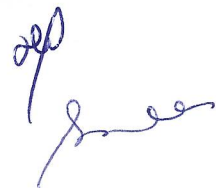
- **Conselheira Bernadete** alertou para o fato de que havia bastante tempo em que não se fazia prestação do Fundo Ambiental no COMMADS. Cobrou que seja feito. A **Secretária Geral Sr.^a Monique**, disse que a última prestação de contas do Fundo Ambiental foi feita no final de 2023 e que a prestação de contas vem sendo realizada em periodicidade anual.
- A **Secretária Geral, Sr.^a Monique**, assumiu a palavra para prestar esclarecimentos sobre os encaminhamentos feitos a partir dos debates de junho e julho no COMMADS. Perguntou se algum dos conselheiros deixou de receber o e-mail da secretaria do COMMADS com as apresentações sobre os projetos da obra da Praia Campista, obra do São Marcos, NEA-BC, atendendo à solicitação do conselheiro Thiérs. Todos receberam. Sobre a solicitação do conselheiro Thiers, relativo à medida compensatória da obra do Sana, a Secretária Geral informou que o assunto já está pautado para a próxima reunião do SANAPA, no dia 29/08/2024, onde todos os esclarecimentos poderão ser feitos, convidou todos os conselheiros a participarem. Frisou que o assunto também já foi pauta em reunião do CBH.

FALAS SOLICITADAS:

- O Presidente em exercício, **Conselheiro Carramenha**, relatou os debates que os conselheiros vinham fazendo entre si sobre o desafio do enfrentamento às queimadas e incêndios, a necessidade do poder público apoiar a formação de brigadas e fornecer capacitação. Apresentou a sugestão de se utilizar recursos do Fundo Ambiental para esse projeto. A **Conselheira Bernadete** desabafou ser antiga na defesa dessa pauta e relatou haver uma grande carência geral de EPIs e equipamentos próprios de combate a incêndio para os agentes. Afirmou também ser problemático o fato de que boa parte dos moradores das áreas de incêndio não comunicam ao Corpo de Bombeiros. Lamentou que toda essa descoordenação causa muita perda de tempo para uma reação de combate ao fogo, o que causa prejuízos imensuráveis ao meio ambiente. Denunciou que a mortandade de animais silvestres tem sido crítica, que as áreas altas de mata estão sendo incendiadas, e isso está acabando com o pouco que restou de corredores ecológicos e fragmentos de florestas essenciais para que não passemos por um agravamento ainda maior da crise de escassez hídrica. Voltou a cobrar que o poder público busque a disponibilização de um helicóptero para o combate de incêndios nessas regiões altas e remotas de grande riqueza ambiental e que adote maior rigor na responsabilização daqueles que cometem crime ambiental. Propôs que entre em pauta para debate no COMMADS, um Plano de Ação de Defesa Ambiental para a Macaé com toda a previsão necessária de equipe, equipamentos, inclusive helicóptero. O

Conselheiro e representante da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, **Rodrigo Lemes** disse estar acompanhando de perto a situação dos incêndios e disse também lembrar da Conselheira Bernadete reivindicando helicóptero para combate a incêndios em áreas remotas há 10 anos atrás. Relatou que a Petrobras possui um passivo ambiental dentro do Parque de Jurubatiba e que ela paga helicópteros para realizarem sobrevoos na localidade, trimestralmente. Perguntou o porquê de a Prefeitura não conseguir realizar um procedimento semelhante. Denunciou que a proliferação de queimadas recentes aconteceu no Brasil todo e foram orquestradas. A **Conselheira Virgínia** questionou o porquê dos dados, imagens e coordenadas dos incêndios chegarem até suas organizações e a Secretaria de Ambiente não ficar sabendo e não agir. A **Conselheira Bernadete** cobrou mais pro atividade e disponibilidade da Secretária de Ambiente para a verificação das ocorrências e coordenação de ações de combate aos incêndios. Disse que o incêndio durou uma semana matando animais e torrando árvores e que o prejuízo teria sido muito menor se a Secretária de Ambiente tivesse feito pessoalmente uma ligação para os agrupamentos de bombeiros pedindo ajuda. Cobrou que a Secretaria de Ambiente adote um telefone SOS. A **conselheira Bernadete** destacou que a prestação de contas do Fundo Ambiental é do interesse de todos e precisa de maior visibilidade e transparência, solicitou verbalmente que a Secretaria passe a enviar tais documentos de prestação de contas do fundo para o e-mail ou WhatsApp dos conselheiros, e para o site da Transparência da Prefeitura de Macaé.

- O **Conselheiro Rodrigo Lemes** passou a dar informes sobre o funcionamento da Câmara Técnica de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Disse que na época em que atualizaram o Regimento Interno da Câmara, fizeram uma apresentação da nova minuta no plenário do COMMADS e assumiram o compromisso de periodicamente trazerem relatos do funcionamento da Câmara Técnica para a reunião geral. Disse que encaminharam a última ata de sua reunião e pediram que fosse encaminhado aos conselheiros. Informou que estão travando uma discussão para definir o que seja Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. Disse que não há essa definição na legislação municipal e que há um movimento para criá-la. Se comprometeu a enviar o e-mail de convocação para a próxima reunião para a Secretaria do COMMADS redistribuir para os conselheiros. Questionou se a Câmara Técnica de Julgamento de Processos não possuía algum informe para dar sobre o andamento dos trabalhos. Fez uma contextualização sobre o fato de haver transcorrido um longo período no COMMADS em que não havia transmissão de informação sobre o funcionamento das câmaras, em especial a de Julgamento de Processos. Relatou que em uma situação em que questionou isso, recebeu uma resposta de um secretário de que o trabalho da Câmara de Julgamento estava sob sigilo, o que considera um absurdo. Disse ser fundamental dar transparência a essa questão, dando um panorama geral dos danos ambientais cometidos na



cidade, quais os encaminhamentos de condenação e quais são os encaminhamentos de absolvição, entre outros dados;

- O **conselheiro Alcikley Wagner** Figueira solicitou informações sobre a existência e composição de comissões de fiscalização e de finanças no COMMADS;
- Uma cidadã que não se identificou ao microfone trouxe uma solicitação para que a Secretaria de Ambiente atuasse ou encaminhasse aos órgãos responsáveis um pedido de atuação para resolver os problemas de acúmulo de lixo no Canal Macaé Campos. Disse que o serviço de limpeza pública não tem feito um trabalho satisfatório no local.
- A **Conselheira Valéria Docílio**, representante de entidade pesqueira, solicitou a inclusão de novas pautas para serem debatidas no COMMADS, entre elas: desassoreamento, dragagem e limpeza do Canal Macaé Campos e do rio Macaé; o funcionamento da comporta que fica na localidade do Batalhão da PM, que está sempre fechada e que os pescadores desejam que seja aberta; a necessidade de retirada de um pilar central da ponte velha da Barra que impede a passagem de embarcações. Pediu esclarecimentos sobre os requisitos exigidos para que uma entidade possa se candidatar a uma cadeira do COMMADS e se prontificou a dialogar com uma cooperativa de pesca artesanal, recém criada, para que esta participe do COMMADS. O Presidente em exercício, **Sr. Carramenha**, disse que a cooperativa pode participar livremente das reuniões e solicitar a candidatura a uma cadeira, o que será analisado dentro dos termos do Regimento do COMMADS. A **Secretária Geral, Sr.ª Monique**, informou que a entidade pode trazer a sua documentação e que a regra é que a entidade tenha pelo menos 1 ano de existência formal. O Presidente em exercício, **Sr. Carramenha**, pediu a palavra para dar alguns esclarecimentos importantes sobre a questão dos incêndios. Disse que a Secretaria de Ambiente não tem atribuição direta no assunto, mas que pode encaminhar a demanda para a Defesa Civil, que é o órgão municipal competente no assunto. Relatou ainda que o Corpo de Bombeiros pertence à esfera estadual e a prefeitura não possui autoridade sobre o mesmo. Disse ainda que o Corpo de Bombeiros de Macaé é subordinado ao Corpo de Bombeiro de Campos e que o primeiro só pode atuar se obtiver a autorização do segundo. Acrescentou que os helicópteros do Corpo de Bombeiros ficam no Batalhão do Rio de Janeiro e precisam da autorização deste batalhão para poder decolar e atender demandas de outras localidades do Estado. Afirmou haver dificuldades burocráticas na questão. Opinou que a saída seja a busca da formação de brigadas compostas por servidores e cidadãos voluntários, articuladas com a Defesa Civil. As pautas apresentadas pela **Sr.ª Valeria** para serem incluídas na próxima reunião foram aprovadas pelo plenário. A **Secretária Geral, Sr.ª Monique**, também apresentou uma proposta de pauta para a próxima reunião que seria uma apresentação dos diagnósticos realizados pela equipe de elaboração dos Planos de Manejo. A **Conselheira Bernadete** também pediu para a pauta dos incêndios

entrar na próxima reunião. A Secretária Geral informou que estava tomando nota de todos os pedidos e que veria a melhor forma de organizar todos os assuntos. Sobre a pauta dos incêndios foi sugerido pelo Presidente em exercício, **Sr. Carramenha**, que fosse convidado o responsável pela Defesa Civil no município, para prestar esclarecimentos. O chefe de gabinete da SEMAS, **Sr. João**, informou que a Secretaria recebeu um documento da Defesa Civil, do dia 20 de agosto, convidando para participação em um treinamento de grupos de ações coordenadas do município, no dia 28 de agosto.

- O **Conselheiro Leonardo Machado** observou que os informes decorrentes das demandas da ata de julho não puderam ser dados e que a ata ainda estava pendente de aprovação. Solicitou que tais informes sejam dados na próxima reunião, quando a ata de julho também deverá ser aprovada. Solicitou ainda, que a Secretaria de Ambiente, em especial o setor de licenciamento, tenha mais zelo no acompanhamento das podas realizadas nas árvores do município. Disse andar muito de bicicleta pela cidade, observando os aspectos referentes ao meio ambiente, e que tem notado que as podas têm sido realizadas sem acompanhamento técnico, sem cuidados em relação à intensidade da poda e em relação à destinação dos resíduos da poda. Disse haver grande quantidade de resíduos de poda deixados à margem do Canal Macaé Campos que estão sujeitos a virarem foco de incêndio. Disse ser necessário uma maior fiscalização nas licenças para a execução da poda e uma melhor supervisão na execução das mesmas. Relatou já ter enviado cerca de três ofícios para a Prefeitura, há seis meses atrás, pedindo a retirada de restos de poda da Praia do Pecado e que não houve retorno. Denunciou ainda a realização de uma poda criminosa nas árvores próximas do Mercado de Peixe e na cabeceira da ponte nova da Barra, onde destruíram um cantinho de manguezal e suas árvores, largando todo o resíduo dentro do rio. Perguntou a quem cabe a responsabilidade de conceder a licença para as podas, a quem cabe fiscalizar a execução das mesmas e a quem cabe dar a correta destinação dos resíduos? Pediu uma manifestação da Secretaria de Ambiente sobre este assunto.
- A **conselheira Bernadete** pediu que ficasse registrado que ela e seu suplente Thiers não estão recebendo o edital de convocação para a reunião do COMMADS, pediu providências para sanar o problema.

Encaminhamentos:

- 1- Buscar informações sobre licitação suspensa para serviço de coleta de resíduos sólidos;
- 2- Solicitar ao gabinete que localize e responda o e-mail enviado pela cooperativa MacaEco



- pedindo informações sobre terreno público em situação de abandono;
- 3- Enviar novo Regimento Interno da Câmara Técnica de Julgamento de Processos para os conselheiros;
 - 4- Solicitar à Câmara Técnica de Julgamento de Processos que elabore uma apresentação sobre o trabalho que tem sido feito para a plenária do COMMADS, relacionado infrações e danos ambientais e as respectivas sanções aplicadas;
 - 5- Encaminhar pedido de informações à Secretaria de Serviços Públicos sobre os trabalhos de limpeza do Canal Macaé-Campos;
 - 6- Reunir informações sobre as condições do Rio Macaé e trabalhos de limpeza e recuperação propostos;
 - 7- Enviar pedido de informações para a Secretaria de Obras sobre a possibilidade de atender ao pedido da comunidade pesqueira, eliminando uma coluna central da Ponte Velha para liberar a passagem de embarcações;
 - 8- Diligenciar à ENEL e Serviços Públicos pedindo esclarecimentos sobre reclamações trazidas ao Conselho de Meio Ambiente quanto à agressividade das podas realizadas na cidade e a falta de destinação destes resíduos. Questionar sobre a existência de acompanhamento técnico na realização do serviço.
 - 9- Diligenciar à Secretaria de Serviços Públicos solicitando o recolhimento de resíduos de poda às margens do Canal Macaé-Campos e na Praia do Pecado, prevenindo que pessoas ateiem fogo;
 - 10- Responder ao questionamento do Conselheiro Leonardo Machado sobre como funciona a autorização, controle e fiscalização das podas realizadas na cidade e a quem cabe dar destino aos resíduos gerados;
 - 11- Encaminhar Ofício para o INEA solicitando o desassoreamento e a limpeza do Canal Campos - Macaé;
 - 12 - Encaminhar Ofício ao órgão competente, solicitando manter a comporta que fica entre o CEMEAES o batalhão da PM aberta, tendo em vista que a água precisa de renovação para limpeza do canal, evitando mosquitos, infestações de doenças, ratos e diminuição do mau odor;
 - 13- Encaminhar Ofício ao órgão competente, solicitando a retirada do pilar do meio da ponte velha, onde agora funciona como passarela, tendo em vista que quando a maré sobe (que é o



melhor momento para saída e retorno das embarcações, atrapalha a passagem das mesmas;

14 - Solicitar ao Fundo Ambiental a disponibilização de documento de Prestação de Contas para envio aos conselheiros e para o Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé;

15 - Encaminhar a ata da reunião do SANAPA do dia 29/08/2024, para os conselheiros do COMMADS e solicitar a ata do Comitê de Bacias Hidrográficas que tratou das obras da estrada do Sana para posterior envio aos conselheiros visando esclarecer sobre as compensações ambientais deste empreendimento;

DATA E PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 30 de setembro de 2024 **Horário:** 14:00h **Local:** Avenida Aluizio da Silva Gomes, nº 50, sala 207, bloco A - Granja dos Cavaleiros - Macaé/RJ (Cidade Universitária).

Reunião em modo: Presencial

Pauta:

Aprovação de ATAS;

Regularização de grade;

Apresentação da Defesa Civil quanto ao incêndios no Município;

Informes Gerais.

